



CÂMARA MUNICIPAL DE
CABROBÓ

**Câmara Municipal
Cabrobó - PE**

Balanço Financeiro da Lei Nº 4.320/64 MCASP



Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMOES GOMES DE BRITO
Acesse em: <https://etce.icepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 695b02ee-5469-41db-a6a7-228cd04fe243



Documento Assinado Digitalmente por: EZIUDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMOES GOMES DE BRITO
Acesse em: <https://ctce.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 695b02ee-5469-41eb-a6a7-228cd04fe243

Balanço Financeiro

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2021**

Contadora **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2021, abrange o Poder Legislativo do Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco: Câmara Municipal. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Presidência desta casa Legislativa, em conjunto com a assessoria da Contadora Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Poder Legislativo aos diversos cidadãos.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando: a. Receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; b. Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; c. As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e d. O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. Desta forma, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício, onde em geral um resultado positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. É importante ressaltar neste momento, que este referido resultado, não pode ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais. O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e à análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, em conformidade com os anexos XIX e XXI, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Percorrendo os resultados de 2021, observaremos que as receitas orçamentárias composta por rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no Poder Legislativo Municipal perfizeram R\$ 2.402,11 (dois mil e quatrocentos e dois reais e onze centavos). E os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 555.213,62 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e treze reais e sessenta e dois centavos). Quanto às despesas orçamentárias (empenhada), (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida) na ordem R\$ 2.856.945,43 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos). Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 661.049,79 (seiscentos e sessenta e um mil e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

As transferências financeiras concedidas R\$ 0,00 (zero real) e recebidas R\$ 2.854.747,56 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Os saldos vindos do exercício anterior (31/12/2020) corresponde ao valor de R\$ 110.976,06 (cento e dez mil e novecentos e setenta e seis reais e seis centavos). Ao final do exercício (31/12/2021) o saldo corresponde ao valor de R\$ 5.344,13 (cinco mil e trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) gerando uma redução de R\$ 105.631,93 (cento e cinco mil e seiscentos e trinta e um reais e noventa e três centavos). Assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra do Balanço Financeiro da Câmara Municipal de Cabrobó com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2021.

RONY SIMÕES GOMES DE BRITO
Presidente

EZIUDA MARIA DE SOUSA
Contadora

CÂMARA MUNICIPAL DE CABROBÓ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

ISOLADO:2 - CÂMARA MUNICIPAL DE CABROBÓ

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2.402,11	632,81	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		2.856.945,43	2.816.680,24
ORDINÁRIO	NE1	2.402,11	632,81	ORDINÁRIO	NE9	2.856.945,43	2.816.680,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.854.747,56	2.819.865,24	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	57.977,03
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.854.747,56	2.819.865,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO	NE2	2.854.747,56	2.819.865,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	57.977,03
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	57.977,03
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		555.213,62	546.650,47	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		661.049,79	444.492,23
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		111,24	106.068,87	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		104.835,54	5.000,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	NE3	0,00	102.200,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	NE10	102.200,00	5.000,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	NE4	111,24	3.868,87	RP PROCESSADOS PAGOS	NE11	2.635,54	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	NE5	535.329,19	431.625,80	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	NE12	536.441,06	430.536,42
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		155.366,67	155.137,51	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		155.366,67	155.160,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		83.624,94	82.705,15	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		83.624,94	82.705,15
ISS		104,50	614,96	ISS		104,50	614,96
PENSÃO ALIMENTÍCIA		12.600,00	15.698,56	PENSÃO ALIMENTÍCIA		12.600,00	15.698,56
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		260.828,15	163.729,10	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		260.828,15	163.729,10
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		22.804,93	13.740,52	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		23.916,80	12.628,63
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		19.773,19	8.955,80	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		19.773,19	8.955,80
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	NE6	12.173,19	8.955,80	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	NE13	12.173,19	8.955,80
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	NE7	7.600,00	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	NE14	7.600,00	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		110.976,06	62.977,03	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		5.344,13	110.976,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		110.976,06	62.977,03	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.344,13	110.976,06
CONTA ÚNICA	NE8	110.976,06	62.977,03	CAIXA		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	CONTA ÚNICA	NE15	5.344,13	110.976,06
TOTAL		3.523.339,35	3.430.125,55	TOTAL		3.523.339,35	3.430.125,55



1 of 2

Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMOES GOMES DE BRITO
Assessoria: https://etce-keep-ic-br/gpp/validaDoc.seam Código do documento: 695102-5469-41-687-238-d04fe243

CÂMARA MUNICIPAL DE CABROBÓ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

ISOLADO:2 - CÂMARA MUNICIPAL DE CABROBÓ

Exercício de 2021

1 of 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 ORDINÁRIO	2.402,11	0,00	2.402,11	632,81	0,00	632,81
TOTAL	2.402,11	0,00	2.402,11	632,81	0,00	632,81



Documento Assinado Digitalmente por: EZIUDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMOES GOMES DE BRITO
Acesse em: <https://etec.icepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 695b02ee-5469-41eb-a6a7-228cd04fe243



CÂMARA MUNICIPAL DE CABROBÓ

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade: Câmara Municipal de Cabrobó
b) Natureza jurídica da entidade: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal b.i) CNPJ: 11.411.964/0001-49 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 84.11-6-00 - Administração pública em geral
c) Domicílio da entidade: Av. João Pires da Silva; nº 701; Centro; CEP: 56.180-000; Cabrobó – PE
d) Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Câmara Municipal de Cabrobó possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código “106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “84.11-6-00 - Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 1979, de 17 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto do artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).
e) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Cabrobó, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas. Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internacionais Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas



no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.	
f) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 153/2021 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) Do TCE-PE:	Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
f) Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:	f.i) Poder Legislativo; f.ii) Administração Pública Direta; f.iii) Entidade da Administração Pública. Esta demonstração contábil abrange os dados executados pela Câmara do município de Cabrobó que compõe o Poder Legislativo.
g) Dados do gestor:	Rony Simões Gomes de Brito, Presidente da Câmara Municipal de Cabrobó. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021.
h) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:	Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
i) Nome do software da contabilidade	Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Resumo das políticas contábeis significativas:

As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A representação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecidos no Manual MCASP 8ª Edição, nesse contexto segue os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público.

A elaboração do balanço financeiro é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, para a estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar. O balanço financeiro utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional da entidade o real (R\$). Não houve registros em



moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Em consonância com a Lei 4.320/1964 em seu art. 103, o balanço financeiro será composto pela receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Diante desses critérios a MCASP 8ª Edição orienta que o balanço financeiro será composto por um único quadro demonstrando a movimentação financeira das entidades do setor público, como:

- a. A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte

(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior

= Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária

(+) Transferências Financeiras Recebidas

(+) Recebimentos Extraorçamentários

(-) Despesa Orçamentária

(-) Transferências Financeiras Concedidas

(-) Pagamentos Extraorçamentários

= Resultado Financeiro do Exercício

O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

a) Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. A execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos abaixo:

a.i) O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder aos lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

a.ii) Créditos a curto prazo:



Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

a.iii) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

a.iv) Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

a.v) Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

a.vi) Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

a.vii) Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais



práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

a.viii) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o Manual MCASP 8ª Edição.

a.ix) Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

a.x) Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

a.xi) Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

a.xii) Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço



Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b) Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Metodologia de reconhecimento dos créditos e sistematização de ajustes para perdas.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos por competências;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de direitos por competência.	Presidente/Tesouraria	31/12/2014	Concluída
Estabelecimento de metodologia para ajuste para perdas para os créditos registrados por competência;	Metodologia por tipo de ajuste para perdas	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de ajustes para perdas	Assessoria	31/12/2014	Concluída



CÂMARA MUNICIPAL DE
CABROBÓ

Avenida João Pires da Silva, 701, Centro - Cabrobó-PE - CEP: 56.180-000
CNPJ: 11.411.964/0001-49 - Fone: (87)3875.1374 - email: contato@camaracabrobo.com.br



Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMÕES GOMES DE BRITO
Acesse em: <https://stce.icepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 695b02ee-5469-41eb-a6a7-228cd04fe243

Ação		2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência		
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Ação		3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas		
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação		4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável		
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Controle Patrimonial	31/12/2019	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado	Controle patrimonial	31/12/2019	Concluída
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e	Controle Patrimonial/Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída



CÂMARA MUNICIPAL DE
CABROBÓ

Avenida João Pires da Silva, 701, Centro - Cabrobó-PE - CEP: 56.180-000
CNPJ: 11.411.964/0001-49 - Fone: (87)3875.1374 - email: contato@camaracabrobo.com.br



Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMÕES GOMES DE BRITO
Acesse em: <https://stce.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 695b02ee-5469-41eb-a6a7-228cd04fe243

depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	redução ao valor recuperável.			
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais	Assessoria	31/12/2019	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2019	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria	31/12/2019	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2019	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



CÂMARA MUNICIPAL DE
CABROBÓ

Avenida João Pires da Silva, 701, Centro - Cabrobó-PE - CEP: 56.180-000
CNPJ: 11.411.964/0001-49 - Fone: (87)3875.1374 - email: contato@camaracabrobo.com.br



Documento Assinado Digitalmente por: EZIUDA MARIA DE SOUSA, RONY SIMOES GOMES DE BRITO
Acesse em: <https://stce.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 695b02ee-5469-41eb-a6a7-228cd04fe243

Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Aquisição/Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Presidente/Assessoria	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				



Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra/fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

c) Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

c.i) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

c.ii) Constituição de provisões:

Não houve constituição de provisões resultantes e independentes da execução orçamentaria

c.iii) Reconhecimentos de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independente da execução orçamentaria.

c.iv) Transferências de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para a entidade:

Não houve transferência de ativos para outras entidades.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS:

a) Termos e Definições correlatos ao Balanço Financeiro:

A Lei nº 4.320/1964 no seu Artigo 103: trata da demonstração contábil Balanço Financeiro (BF) que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios (recebimentos e os pagamentos) extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

a.i) Ingressos:

Receitas Orçamentárias Ordinárias

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, para atender a quaisquer finalidades.

Receitas Orçamentárias Vinculadas

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- inscrição de restos a pagar.



a.ii) Dispêndios:

Despesas Orçamentárias Ordinárias

As despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Despesas Orçamentárias Vinculadas

As despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- a. relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- b. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos) e Concedidas (Dispêndios):

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Saldo do Exercício Anterior (Ingressos) e Saldo para o Exercício Seguinte (Dispêndios):

Compreende os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros (de acordo com a Lei nº 4.320/1964 em seu Artigo 3º [...] Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA:

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Balanço Financeiro:

a.i) Ingressos:



Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2.402,11	632,81
ORDINÁRIO	NE1	2.402,11	632,81
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.854.747,56	2.819.865,24
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.854.747,56	2.819.865,24
REPASSE RECEBIDO	NE2	2.854.747,56	2.819.865,24
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		555.213,62	546.650,47
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		111,24	106.068,87
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	NE3	0,00	102.200,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	NE4	111,24	3.868,87
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	NE5	535.329,19	431.625,80
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		155.366,67	155.137,51
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		83.624,94	82.705,15
ISS		104,50	614,96
PENSÃO ALIMENTÍCIA		12.600,00	15.698,56
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		260.828,15	163.729,10
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		22.804,93	13.740,52
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		19.773,19	8.955,80
CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	NE6	12.173,19	8.955,80
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	NE7	7.600,00	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		110.976,06	62.977,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		110.976,06	62.977,03
CONTA ÚNICA	NE8	110.976,06	62.977,03
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		3.523.339,35	3.430.125,55

Notas Explicativas – NE:

Ingressos Orçamentários:

NE1 – Receita Orçamentária: os valores dos ingressos orçamentários de 2021 decorrentes das receitas orçamentárias totalizaram R\$ 2.402,11 (dois mil e quatrocentos e dois reais e onze centavos), sendo provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no Poder Legislativo Municipal, durante o exercício.

NE2 – Transferências Financeiras Recebidas: o valor registrado nas transferências financeiras recebidas para execução orçamentária no exercício de 2021 totalizaram R\$ 2.854.747,56 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), sendo as transferências financeiras recebidas derivadas dos repasses recebidos do Poder Executivo, conforme definido na legislação.

Ingressos Extraorçamentários:

Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 555.213,62 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e treze reais e sessenta e dois centavos), sendo compostos por as contas: Inscrição de Restos a Pagar, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e Outros Recebimentos Extraorçamentários.



NE3 – Inscrição de Restos a Pagar: Restos a Pagar Não Processados que tiveram sua inscrição realizada no exercício de 2021 representam o valor de R\$ 0,00 (zero real).

NE4 – Inscrição de Restos a Pagar: Restos a Pagar Processados que tiveram sua inscrição realizada no exercício de 2021 representam o valor de R\$ 111,24 (cento e onze reais e vinte e quatro centavos).

NE5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, sendo ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros que representam o valor de R\$ 535.329,19 (quinhentos e trinta e cinco mil e trezentos e vinte e nove reais e dezenove centavos).

NE6 – Outros Recebimentos Extraorçamentários: compreendem créditos a receber por reembolso de salário família pago que representam o valor de R\$ 12.173,19 (doze mil e cento e setenta e três reais e dezenove centavos).

NE7 – Outros Recebimentos Extraorçamentários: compreendem créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago que representam o valor de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Saldos do Exercício Anterior:

NE8 – O saldo disponível em bancos em 31/12/2020 corresponde ao valor de R\$ 110.976,06 (cento e dez mil e novecentos e setenta e seis reais e seis centavos). O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00 (zero real). Somando-se as quantias citadas tem-se como saldo anterior total o valor de R\$ 110.976,06 (cento e dez mil e novecentos e setenta e seis reais e seis centavos). O saldo disponível em bancos em 31/12/2020 corresponde ao valor de R\$ 110.976,06 (cento e dez mil e novecentos e setenta e seis reais e seis centavos) foi utilizado para quitar o saldo da dívida flutuante do exercício 2020 que foi de R\$ 107.158,25 (cento e sete mil e cento e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos), logo, a diferença entre esses corresponde ao saldo bancário disponível para ser devolvido ao Poder Executivo de R\$ 3.817,81 (três mil e oitocentos e dezessete reais e oitenta e um centavos), sendo este composto por restos a pagar e depósitos e consignações.



a.ii) Dispêndios:

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		2.856.945,43	2.816.680,24
<u>ORDINÁRIO</u>	NE9	<u>2.856.945,43</u>	<u>2.816.680,24</u>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	57.977,03
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>57.977,03</u>
<u>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>57.977,03</u>
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		661.049,79	444.492,22
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>104.835,54</u>	<u>5.000,00</u>
<u>RP NÃO PROCESSADOS PAGOS</u>	NE10	<u>102.200,00</u>	<u>5.000,00</u>
<u>RP PROCESSADOS PAGOS</u>	NE11	<u>2.635,54</u>	<u>0,00</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>	NE12	<u>536.441,06</u>	<u>430.536,42</u>
<u>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS</u>		<u>155.366,67</u>	<u>155.160,00</u>
<u>IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF</u>		<u>83.624,94</u>	<u>82.705,15</u>
<u>ISS</u>		<u>104,50</u>	<u>614,96</u>
<u>PENSÃO ALIMENTÍCIA</u>		<u>12.600,00</u>	<u>15.698,56</u>
<u>RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>		<u>260.828,15</u>	<u>163.729,10</u>
<u>RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS</u>		<u>23.916,80</u>	<u>12.628,65</u>
<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>19.773,19</u>	<u>8.955,80</u>
<u>CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO</u>	NE13	<u>12.173,19</u>	<u>8.955,80</u>
<u>CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO</u>	NE14	<u>7.600,00</u>	<u>0,00</u>
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		5.344,13	110.976,06
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>5.344,13</u>	<u>110.976,06</u>
<u>CAIXA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>CONTA ÚNICA</u>	NE15	<u>5.344,13</u>	<u>110.976,06</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		3.523.339,35	3.430.125,55

Notas Explicativas – NE:

Dispêndios Orçamentários:

NE9 – Despesa Orçamentária: a despesa orçamentária (empenhada) no exercício foi de R\$ 2.856.945,43 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária – Recursos Arrecadados – Concedido: as transferências concedidas totalizam R\$ 0,00 (zero real) correspondente ao duodécimo recebido e devolvido ao Poder Executivo dentro do exercício de 2021.

Dispêndios Extraorçamentários:

Os desembolsos extraorçamentários totalizam R\$ 661.049,79 (seiscentos e sessenta e um mil e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), sendo compostos por as contas: Pagamentos



de Restos a Pagar, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e Outros Pagamentos Extraorçamentários.

NE10 – Pagamentos de Restos a Pagar: Restos a Pagar Não Processados pagos no exercício de 2021 representam o valor de R\$ 102.200,00 (cento e dois mil e duzentos reais).

NE11 – Pagamentos de Restos a Pagar: Restos a Pagar Processados pagos no exercício de 2021 representam o valor de R\$ 2.635,54 (dois mil e seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

NE12 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos), representam o valor de R\$ 536.441,06 (quinhentos e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e um reais e seis centavos).

NE13 – Outros Pagamentos Extraorçamentários: compreendem créditos a receber por reembolso de salário família pago que representam o valor de R\$ 12.173,19 (doze mil e cento e setenta e três reais e dezenove centavos).

NE14 – Outros Pagamentos Extraorçamentários: compreendem créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago que representam o valor de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Saldos para o exercício seguinte:

NE15 – O saldo disponível em 31/12/2021 corresponde ao valor de R\$ 5.344,13 (cinco mil e trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos).

Resultado Financeiro do Período:

O saldo ao final do exercício de 2021 para devolver ao Poder Executivo foi de R\$ 4.022,05 (quatro mil e vinte e dois reais e cinco centavos) (R\$ 3.817,81, referente ao exercício de 2020 + R\$ 204,24, referente ao exercício de 2021), para chegarmos ao mesmo utilizamos o saldo para o exercício seguinte R\$ 5.344,13 (cinco mil e trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) menos o saldo da dívida fluante para o exercício seguinte que foi de R\$ 1.322,08 (um mil e trezentos e vinte e dois reais e oito centavos), sendo este composto por restos a pagar e depósitos e consignações.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:
Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos
b) Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro da entidade e pressuposto das estimativas:
Não se aplica a este demonstrativo.
c) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:
Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E



FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS AS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO:

Não houve operações que impactem significativamente o balanço financeiro e necessitem de ajustes.

O DETALHAMENTO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE/DESTINAÇÃO DE RECURSOS:

Não se aplica a entidade.